

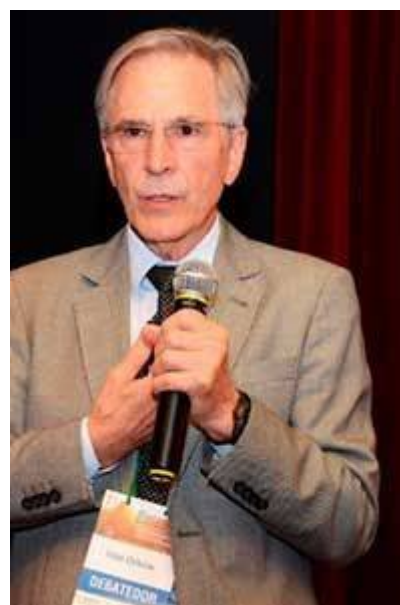


PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Professor Vital Didonet – Políticas públicas para a infância

A criança é responsabilidade de todos: dos pais, da família, da comunidade e também do Estado. O Estado deve garantir leis e políticas públicas para que a criança tenha seus direitos garantidos e acesso à serviços de saúde, educação, cidadania para que tenham um desenvolvimento infantil adequado. Para falar sobre o assunto, convidamos o Professor Vital Didonet, Mestre Especialista em Educação Infantil.



**Entrevistada: Professor Vital Didonet
Mestre Especialista em Educação Infantil**

O que é a primeira infância?

O Marco Legal da Primeira Infância define esse período como os primeiros seis anos completos, ou os 72 meses, mas aí estão necessariamente incluídos os meses da gestação. As políticas públicas explicitam a vontade e a decisão dos governantes e elas direcionam os recursos financeiros das estruturas dos serviços públicos, tais como educação, saúde, assistência, meio ambiente, segurança, cultura, para ter um serviço completo para as crianças.

Qual é a importância das políticas públicas para a primeira infância?

Essa faixa de idade é o período da vida em que as crianças estão construindo a sua personalidade. Nesse tempo elas desenvolvem a capacidade de pensar, aprender, se integrar socialmente, falar, organizar suas emoções e expressar seus sentimentos. É nesse período que tudo se organiza e a criança forma um vínculo afetivo que vai dar segurança para que ela enfrente na vida todas as dificuldades que possam surgir.

Qual é a importância de valorizar a criança como um valor em si mesma no tempo presente?

Teve uma época em que olhávamos para a criança como um futuro adulto e esperávamos que ela crescesse para depois deixá-la participar. Isso mudou e hoje já vemos a criança como pessoa desde que ela nasce. Ela, desde sempre, é uma cidadã e tem direito à vida e à uma vida de criança. Essa forma de viver como criança, plenamente, é o que prepara ela melhor para as fases seguintes.

Quais foram os avanços das políticas públicas para a infância ultimamente?

O primeiro avanço foi conceitual. Hoje, a criança é vista como uma pessoa competente e capaz, ela é sujeito de direitos já como criança. O segundo, avançamos na legislação não só na órbita internacional, com a Convenção dos Direitos da Criança, mas também com a concepção da República Federativa do Brasil com o Estatuto da Criança e do Adolescente, O Marco Legal da Primeira Infância, e uma série de leis tanto estaduais quanto municipais e federais que olham para a criança tentando organizar os meios para que ela possa viver os seus direitos plenamente. Avançamos também na formação das pessoas e hoje temos muitos profissionais qualificados.

Quais são as deficiências nas políticas públicas para a infância?

Eu diria que a falta de articulação intersetorial, pois nós não trabalhamos e planejamos juntos. É preciso fazer um mutirão e juntar as mãos, os setores, e fazer um plano comum. A segunda deficiência é a descontinuidade, pois os planos são vistos como planos do governo e quando muda a administração, o seguinte não dá continuidade. A terceira coisa é a falta de recursos, pois a constituição determina que os direitos da criança e do adolescente devem ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado, o que significa que o poder público deve dar absoluta prioridade, o que determina que o dinheiro tem que ser pensado primeiro para as crianças.

Que legislação ainda estamos precisando no Brasil sobre a primeira infância?

Não precisamos de novas leis, nós temos muitas e muito bem feitas, o que falta é a decisão política, o compromisso dos governos, a vontade de cuidar da criança de forma integral.

Qual sua outra orientação sobre esse tema?

Esse trabalho de cuidar da criança integralmente para que ela viva sua infância com plenitude e com isso ela tenha a estrutura da sua personalidade mais sólida,

mais estável, é um trabalho que dignifica não só na criança, mas na nossa própria vida. Trabalhar para construir no Brasil a cultura do cuidado integral, do cuidado que zela e olha para a criança com respeito, carinho, que vê o potencial imenso e que ela precisa viver como criança. É isso que precisamos.

Entrevistada: Ir. Veneranda da Silva Alencar
Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Qual é a importância das políticas públicas para a infância?

Graças a Deus já está distante o tempo em que se pensava que criança não tinha direito algum, não tinha direito nem de falar, só os adultos falavam, mandavam e muitas vezes até batiam nas crianças, com a desculpa de que estavam ensinando. Hoje, as crianças têm os seus direitos reconhecidos e devemos respeitar e fazer o máximo possível para que eles se tornem realidade no dia-a-dia das famílias e das comunidades. Já avançamos muito nessa área, mas precisamos avançar mais. com a ajuda de todos podemos viver em harmonia, paz e ver nossas crianças crescerem saudáveis e com dignidade e cidadania.

Esta entrevista é parte do Programa de Rádio Viva a Vida da Pastoral da Criança.
Programa de Rádio 1481 - 10/02/2020 – A importância de políticas públicas para a infância